



**Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho**

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FORÇA DE TRABALHO DA MULHER NO CAPITALISMO**

**CAMILA CARDUZ ROCHA<sup>1</sup>**

**Resumo:** Nesta apresentação pretende-se realizar uma breve exposição sobre o desenvolvimento e as particularidades da exploração da força de trabalho da mulher na produção e reprodução social no modo de produção capitalista. Para este objetivo, apoiando-nos no método materialista histórico-dialético, escolhemos a divisão sexual do trabalho como conceito-chave. Assim, buscamos contribuir com a pesquisa e o debate no Serviço Social, cuja dimensão da ação profissional atua diretamente nas expressões da “questão social”, possibilitando a problematização da condição da mulher como subsídio para a práxis profissional do Serviço Social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e faz parte do estudo para a elaboração da dissertação de mestrado da autora.

**Palavras-chave:** Divisão Sexual do Trabalho; Força de Trabalho da Mulher; Serviço Social.

**Resumen:** En esta presentación se pretende realizar una breve exposición sobre el desarrollo y las particularidades de la explotación de la fuerza de trabajo de la mujer en la producción y reproducción social en el modo de producción capitalista. Para este objetivo, apoyándonos en el método materialista histórico-dialéctico, escogemos la división sexual del trabajo como concepto-clave. Así, buscamos contribuir con la investigación y el debate en el Trabajo/Servicio Social, cuya dimensión de la acción profesional actúa directamente en las expresiones de la “cuestión social”, posibilitando la problematización de la condición de la mujer como subsidio para la praxis profesional del trabajador/asistente social. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica y forma parte del estudio para la elaboración de la disertación de maestría de la autora.

**Palabras-claves:** División Sexual del Trabajo; Fuerza de Trabajo de la Mujer; Servicio Social/Trabajo Social

### **Introdução**

Esta apresentação é resultado da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado da autora intitulada *Divisão Sexual do Trabalho, uma das principais formas de exploração do capital sobre o trabalho?*, e recupera fragmentos do texto apresentado na dissertação.

Marx e Engels caracterizam o trabalho como atividade fundamental do desenvolvimento do ser social e das sociedades, assim como para compreender as relações sociais que nelas são estabelecidas. De modo que

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <camilacarduzrocha@yahoo.com>

situam como central sua apreensão para entender a produção e a reprodução da vida humana em todas as épocas históricas.

A divisão social do trabalho, ou seja, a forma como mulheres e homens se organizam em uma determinada sociedade para garantir a produção e a reprodução de sua vida cotidiana é construída como prática social no ordenamento das atividades, em suas modalidades, nos critérios que definem sua qualificação, na disciplina do trabalho, etc. Logo, determina direta ou indiretamente os papéis sociais que mulheres e homens desempenham. Portanto, como vivemos atualmente no modo de produção capitalista, para entendermos a condição da força de trabalho da mulher hoje é necessário entendermos como a divisão social e sexual do trabalho se estrutura e desenvolve no capitalismo para garantir a produção e a reprodução do capital.

Primeiramente, propomo-nos apresentar o trabalho como categoria central para entender as relações sociais de produção para, em seguida, abordarmos o trabalho na sociedade capitalista. Logo, passamos ao desenvolvimento histórico da divisão social e sexual do trabalho, o que nos abre caminho para discorrermos sobre a força de trabalho da mulher na contemporaneidade. Com isso, finalizamos nossa apresentação com algumas considerações finais.

Reconhecendo o debate sobre a condição da mulher de exploração, dominação, subordinação e opressão na sociedade capitalista e a luta por sua emancipação como parte da luta de toda a humanidade por sua emancipação, consideramos que este estudo assume particular relevância na reflexão investigativa da/o profissional de Serviço Social, pois a particularidade das mulheres compreendida na perspectiva da totalidade, desvela os desafios, as possibilidades e as limitações da intervenção profissional no âmbito da “questão social”, assim como da materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

## **O trabalho como categoria central para entender as relações sociais de produção**

Na Economia Política Clássica, o trabalho aparece como uma atividade que acontece entre o ser humano e a natureza, que o distingue dela, que o

separa parcialmente do ser natural. Segundo Marx (2011), é a ação na qual o ser humano submete a natureza às suas forças para transformá-la e propiciar condições objetivas de vida, dando uma forma útil à sua vida (valores-de-uso). O autor destaca a característica geral e genérica (universal) dessa ação humana, o que a torna comum em todas as sociedades. Ou seja, identifica o trabalho, em seu fundamento, como elemento essencialmente humano e social, primordial para o desenvolvimento das sociedades. Isto porque é por meio dele que se torna possível o aprimoramento da condição humana.

Marx (2011) diz que por ser o único animal que produz seus instrumentos de trabalho e realiza feitos que não poderia sem os mesmos, o ser humano estabelece uma distinção entre o trabalho que realiza e aquele desenvolvido por outros animais, que jamais serão capazes de alterar conscientemente o processo de construção de suas atividades. Isto porque o próprio ato de planejamento e execução de uma atividade exige do ser humano uma prévia ideação do que executará para então, posteriormente, desenvolver uma ação para realizar o que foi pré-configurado. Assim, o trabalho tem uma segunda dimensão, pois ao mesmo tempo em que modifica a natureza exterior, transformando-a e desenvolvendo-a, também transforma as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) e faz com que o ser humano modifique a si próprio enquanto ser social. Considera, portanto, além da relação *humanidade-natureza*, a relação *humanidade-humanidade*<sup>2</sup>.

Engels ao tratar deste elemento fundamental do ser humano afirma que o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 2004). Isto porque considera o trabalho mais do que a fonte de toda a riqueza. Para ele, o trabalho possibilita o desenvolvimento do próprio homem. É um ato individual e social, uma ação que combina vários esforços de um conjunto de seres humanos que se relacionam entre si. E através dele os seres humanos não produzem e reproduzem apenas a sua sobrevivência, mas as relações sociais com os outros seres humanos e passam a agir em sociedade.

---

<sup>2</sup> Marx também afirma que a atividade do trabalho é sempre produzida em condições histórica e socialmente determinadas. A capacidade de produzir coisas pelo trabalho nas diferentes sociedades sempre esteve subordinada às relações sociais estabelecidas. Assim, cada forma particular do trabalho na história funda um modo de produção também particular: o trabalho primitivo fundou o comunismo primitivo, o trabalho do escravo é o fundamento do modo de produção escravista, o trabalho do servo é o fundamento do modo de produção feudal e o trabalho do proletário [assalariado] é o que funda o modo de produção capitalista” (LESSA In ENGELS, 2010).

E, como um ato histórico, possibilita o desenvolvimento do gênero humano, que fez surgir o ser social.

Na medida em que o trabalho se torna mais complexo, uma vez que a humanidade aperfeiçoa seus feitos e executa operações cada vez mais engenhosas, desenvolve-se, por exemplo, a linguagem. Relaciona-se ao desenvolvimento do trabalho e da consciência humana a questão da *práxis*<sup>3</sup>. Isto porque a cooperação entre os seres humanos torna-se bastante relevante, e o fim de objetivar ações cooperadas com finalidades determinadas, cria a necessidade de uma divisão social do trabalho.

Ao resgatar a história do desenvolvimento das sociedades, Engels em sua obra intitulada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844), apresenta sua tese de que com o desenvolvimento das forças produtivas a partir do declínio de uma estrutura familiar primitiva, e com o surgimento do trabalho excedente (que é o que marca o aumento da produtividade do trabalho), consolida-se o fundamento histórico para a gênese e o desenvolvimento da civilização e da sociedade moderna: a propriedade privada dos meios de produção.

A partir do surgimento do excedente econômico, como resultado da domesticação dos animais e do desenvolvimento da agricultura,

[...] que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida [produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas de sobrevivência], mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular produtos do trabalho (NETTO, 2010).

Com uma maior divisão na distribuição do trabalho, produzem-se bens (valores-de-uso) que não estão sendo utilizados para a sobrevivência imediata e são destinados à troca (valores-de-troca). Dessa maneira nasce a mercadoria (um valor-de-uso que se produz para a troca), que será a base estrutural do modo de produção capitalista.

A produção mercantil – não mais para o consumo pessoal ou coletivo, e sim, para a troca –, que supõe a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, generaliza-se. E as relações estabelecidas pelas pessoas passam a ser mediadas pelas trocas que elas realizam entre

---

<sup>34</sup> A elaboração, por parte de Marx, da categoria de práxis, como categoria central de sua filosofia, desde as *Teses sobre Feuerbach* é, por sua vez, um processo teórico e prático” (VÁZQUEZ, 2007)

si.

## **O trabalho na sociedade capitalista**

No modo de produção capitalista, o trabalho aparece como uma relação contraditória, antagônica e inconciliável com relação ao capital. Isto porque não há possibilidade de atender aos interesses do capital e aos do trabalho simultaneamente. Além disso, o trabalho aparece sempre e necessariamente de forma subordinada estrutural e hierarquicamente ao capital, por mais que se tente mascarar essa realidade.

No capitalismo, a apropriação da riqueza produzida socialmente através da exploração de uma classe de expropriados dos seus meios de produção, que somente dispõe da sua força de trabalho, por outra classe, a dos que detêm os meios de produção, assume uma forma particular que possibilita a existência de dois sujeitos historicamente determinados<sup>4</sup>: o capitalista ou burguês (que dispõe de dinheiro e meios de produção) e o proletariado (trabalhadores “livres”<sup>5</sup>). O primeiro paga um salário ao comprar a força de trabalho do segundo, portanto, o que especifica e particulariza a produção mercantil capitalista é de que ela utiliza o trabalho assalariado.

Ao vender sua força de trabalho como uma mercadoria, por um tempo determinado em uma jornada, sem renunciar a sua propriedade (como era nos tempos da escravidão e da servidão, com suas respectivas particularidades), as relações sociais estabelecidas entre esses sujeitos históricos são transformadas em relações econômicas, mediadas por relações monetárias. É importante destacar que a jornada de trabalho não termina quando o(a) trabalhador(a) tiver produzido o equivalente à sua própria reprodução (o valor de seu salário), pois como a duração é estabelecida pelo contrato que fez com o seu patrão, a jornada termina sendo maior do que o tempo de trabalho necessário para a reprodução da sua própria vida. É nesta segunda parte da

---

<sup>4</sup> Em *O Capital*, “A Acumulação Primitiva”, Marx expõe como se deu de forma violenta a conformação desses dois sujeitos historicamente determinados (MARX, 1985).

<sup>5</sup> Em *O Capital*, Marx diz que o(a) trabalhador(a) é livre em dois sentidos: “[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender”. (MARX, 1985).

jornada de trabalho que o(a) trabalhador(a) produz o que Marx chama de trabalho excedente, pois é trabalho não remunerado que gerará a mais-valia, a base do lucro do capitalista. E como, “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX,2008), o capitalista não se importa com o valor-de-uso produzido. Ou seja, para ele tanto faz qual mercadoria produz, contanto que consiga expropriar o máximo de mais-valia com a exploração da força de trabalho e seja capaz de realizar novos ciclos de produção. Essa dinâmica própria do capitalismo, Marx denominou como processo de valorização, no qual o dinheiro investido na produção vai gerar mais dinheiro (lucro).

Portanto, ao mesmo tempo em que é trabalho concreto, pois atende às necessidades humanas (trabalho útil/“vivo”, cujo dispêndio de força de trabalho é para produzir valor-de-uso), é trabalho abstrato (simplesmente quantitativo, trabalho “morto”, contido nas mercadorias), que produz valor-de-troca. A dimensão concreta do trabalho torna-se subordinada à sua dimensão abstrata, que busca a valorização do capital. Em virtude de tal valorização, o trabalho é determinado socialmente para criar mais-valia e não para fundamentalmente atender aos interesses coletivos de toda a sociedade, reafirmando o caráter de desumanização de todo o processo.

Sendo a criação de valor e valor excedente condição determinante do trabalho no modo de produção capitalista, uma vez apropriado pelo capital como meio de valorização, o trabalho aparece na sociedade atual predominantemente como força de trabalho. E como elemento de um processo de produção que não pertence ao/(à) trabalhador(a), que está alienado(a) a ele(a) – a força de trabalho em ação, cotidiana e continuamente desumanizada<sup>6</sup> é a base do desenvolvimento do capital. Este não existe senão no processo de produção do trabalho excedente, porque o processo imediato de produção e reprodução do capital é, como indicou Marx, o processo de trabalho e o processo de valorização; que por sua vez tem como resultado a mercadoria e a produção de mais-valia.

E como,

---

<sup>6</sup> A(o) própria(o) trabalhador(a) não se reconhece no produto de seu trabalho, e tampouco pode através dele realizar as capacidades e potencialidades humanas mais elevadas; ao contrário, seu trabalho aparece como relação social apenas no processo de troca, de forma alienada. “[...] A alienação do trabalhador em seu produto, por sua vez, é considerada por Marx em outras formas (no ato da produção e com respeito à natureza, a sua vida genérica e a outros homens)” (VÁZQUEZ, 2007).

[...] qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constantemente fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. (MARX *apud* NETTO, 2010, p. 124)

Entendemos que um ato de produção é o ponto de partida da nova produção e, para isso, durante o processo de produção são criadas as condições necessárias para que esse ciclo seja novamente possível, através da acumulação de capital<sup>7</sup>. Para a realização de um processo capitalista de trabalho, o capital investido é alocado em capital constante (os meios e objetos de trabalho necessários no processo de produção) e capital variável (força de trabalho). A valorização do capital, portanto, não pode abrir mão do trabalho vivo, uma vez que o processo de criação de valor consiste na diferença entre trabalho realizado e trabalho remunerado, produzida pela força de trabalho. O trabalho, nesse processo, conserva o valor do capital constante e produz mais-valia. Esta, por sua vez, é apropriada pela classe capitalista que utiliza parte nos interesses de sua própria reprodução e a outra parte coloca novamente no processo de produção, com a finalidade de iniciar um novo processo com maior produtividade, resultando no movimento de reprodução do capital e das relações sociais de produção. A crescente e contínua expropriação do trabalho é, portanto, a forma pela qual a classe capitalista consegue reproduzir o capital.

No que se refere à organização do trabalho, a(o) trabalhador(a) que antes detinha os meios para produzir e conhecia todo o processo de produção, termina se especificando e parcializando. A especialização das atividades produtivas nas sociedades complexas gera uma divisão social do trabalho como uma forma de sobrevivência, que se apresenta como uma dependência social recíproca entre os indivíduos implicados no processo de produção como um todo – nasce, assim, o(a) trabalhador(a) coletivo(a). Contudo, nessa divisão existem relações hierárquicas, também de exploração, dominação, subordinação e opressão, exercidas pelo capitalista sobre o conjunto dos(as) trabalhadores(as). A contradição entre os interesses individuais e particulares e os interesses coletivos (fundamentada nessa divisão social do trabalho) resulta

---

<sup>7</sup> (MARX, 2008).

na “luta de classes”.

Isto posto, como a divisão do trabalho é resultado da prática histórica da produção e reprodução dos modos de produção, passaremos às reflexões que nos auxiliarão a compreender como a divisão social do trabalho também assume um caráter sexual na produção capitalista.

### **Breve aproximação ao desenvolvimento histórico da divisão social e sexual do trabalho**

É importante destacarmos que as relações sociais foram se estabelecendo de acordo com as transformações ocorridas nos diferentes tipos de sociedades existentes nas diversas épocas históricas. Também, recordarmos que a estrutura da sociedade capitalista é a realização do pleno desenvolvimento das sociedades que a antecederam, com todas suas contradições e antagonismos.

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho em que as dimensões exploração, dominação, subordinação e opressão estão fortemente contidas. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia do ponto de vista das relações de poder fundamentadas nas desigualdades entre os sexos.

Engels afirma que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (ENGELS, 2010), analisando posteriormente como a transformação da família nas sociedades que sucederam (até chegarem na família monogâmica) possibilitaram que a força de trabalho da mulher chegasse a uma determinada condição.

Nogueira (2004) diz que já nos séculos anteriores à Era Cristã constata-se a divisão social do trabalho em que as mulheres livres ou escravas são as principais responsáveis pelas atividades vinculadas ao trabalho doméstico. Menciona, ainda, que é na família que ocorre a primeira propriedade na qual as mulheres e as crianças são escravas do homem-marido. A divisão social do trabalho na família gera uma divisão sexual entre as funções “femininas” (das mulheres) e “masculinas” (dos homens). Ainda segundo a autora (idem), ao tratar a Grécia Antiga, Engels aponta a monogamia como o primeiro antagonismo de classes, que coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre mulher e homem – assim como a primeira opressão de classe com a



opressão do sexo feminino pelo masculino.

A Idade Média é um período que se caracteriza por pouca informação a respeito da condição da mulher. Nogueira (2004) diz que havia uma divisão por categorias, na qual as mulheres solteiras desempenhavam certas atividades, como lavar e tecer; as mães eram responsáveis pelos cuidados das crianças; e as mulheres de meia idade ocupavam-se das(os) adolescentes, com a cozinha e outras atividades reprodutivas. Menicucci (*apud* NOGUEIRA, 2004), conta que existia nessa divisão do trabalho “um desdobramento social relacionado à divisão entre as próprias mulheres: eram as mulheres dos camponeses e servos as que mais trabalhavam, pois além de atuarem com seus maridos nas atividades da agricultura, também eram responsáveis pelas tarefas domésticas”.

Saffioti (2013) afirma que embora seja difícil falar em independência econômica da mulher, pois essa é uma noção individualista que nasce com o capitalismo, o trabalho coletivo que se desenvolvia no grupo familiar e para ele, nas sociedades pré-capitalistas, contava com o trabalho da mulher, que tinha um relevante papel econômico, embora jurídica, social e politicamente era considerada inferior ao homem.

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 2013).

Federici (2017) afirma que durante a “transição” do feudalismo para o capitalismo ocorre lentamente uma separação entre produção e reprodução, assim como uma hierarquização da divisão sexual do trabalho. Aos homens destinam-se trabalhos remunerados nos espaços ditos públicos, enquanto as mulheres são relegadas ao lar ou condenadas por serem “bruxas”<sup>8</sup>.

Segundo a autora (*idem*), até aquele momento, existem mulheres com acesso à terra, que possuem conhecimentos sobre ervas e sobre a natureza e

---

<sup>8</sup> As “bruxas” eram as mulheres independentes, dotadas de conhecimentos, que se levantavam contra as imposições da sociedade e, muitas vezes, pobres e solteiras (FEDERICI, 2017).

que têm autonomia sobre seus corpos e funções reprodutivas (decidem sobre gravidez ou aborto). Federici (2017) aponta que a *caça às bruxas* foi uma forma de destruir e barrar a autonomia e a resistência das mulheres que se opunham aos principais pressupostos da ordem social vigente. Assim, retoma a *caça às bruxas* como um fenômeno fundante do modo de produção capitalista em que a nova divisão sexual do trabalho doméstico é imposta às mulheres, assim como a reprodução de sua força de trabalho como um trabalho forçado e sem remuneração alguma. Em sua pesquisa considera importante investigar sobre as circunstâncias históricas específicas em que a perseguição às bruxas se desenvolve, que coincidem com as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres. A perseguição às bruxas, assim como o tráfico de escravos e os cercamentos, constitui um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno.

Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (SAFFIOTI, 2013).

As desigualdades entre os sexos são usadas como fatores para a “atualização da sociedade competitiva na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013). As desvantagens sociais afirmadas sobre as desigualdades entre os sexos permitem à sociedade capitalista em formação e em pleno desenvolvimento explorar o máximo de mais-valia absoluta com a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e os salários mais baixos.

E, embora ocorra uma incorporação em massa de mulheres na esfera da produção, as tarefas domésticas continuam sendo responsabilidade exclusiva das mulheres, incorporadas ou não o mercado de trabalho. Isto aumenta as desigualdades que existem entre mulheres e homens, pois as mulheres passam a realizar duplas e triplas jornadas<sup>9</sup>. As relações sociais capitalistas legitimam e aprofundam ainda mais uma relação de subordinação

---

<sup>9</sup> A “tripla jornada”, de acordo com o IBGE, refere-se ao fato de que não somente os cuidados das crianças dependerem das mulheres, mas também os cuidados dos idosos, aumentando as horas dedicadas ao trabalho doméstico com a família.

que é historicamente determinada, mas justificada como “natural”. A reprodução social no capitalismo se utiliza de uma instituição específica, a família, para também se beneficiar da exploração da força de trabalho da mulher.

Uma análise que se apoie no pensamento de Marx e Engels não separa produção social da reprodução social. Ao contrário, entende essas duas dimensões como dois momentos de um mesmo processo. Porém, ao discorrer sobre a família moderna, explicitam que há uma subordinação do fenômeno da reprodução à produção, resultado da divisão social e sexual do trabalho.

Ao analisarmos a divisão social e sexual do trabalho no capitalismo, percebemos que a esfera produtiva, reconhecida e valorizada socialmente, ficou atribuída prioritariamente aos homens, enquanto a esfera reprodutiva, desvalorizada socialmente, às mulheres. Isto apesar de ser em casa que o trabalhador se alimenta, descansa, repõe suas energias e se recupera de doenças para cumprir uma nova jornada de trabalho; assim como é o local onde suas roupas são remendadas, lavadas, sua higiene pessoal realizada. É também no âmbito doméstico que as crianças recebem todos os cuidados necessários para crescer, desenvolver-se e constituir o próximo contingente de força de trabalho. Portanto, os trabalhos realizados pelas mulheres e que garantem a manutenção e a reprodução da força de trabalho, são fundamentais e necessários para o ciclo de reprodução do capital e sua consequente manutenção.

Merece destaque o fato de que o espaço reservado às mulheres no trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado por elas tanto no mercado de trabalho, como no conjunto das relações sociais. Isto porque ao lhe tomar tempo livre, que poderia ser dedicado ao seu livre desenvolvimento pessoal e à participação política e social, separa a mulher do processo de produção ou lhe reserva um lugar subordinado e desvalorizado dentro dele (ocupações menos reconhecidas, desprestigiadas, remuneradas e sem proteções sociais).

### **A força de trabalho da mulher na contemporaneidade**

Durante a reestruturação econômica, que se iniciou a partir da década de 1970 e se intensificou na década de 1990 na América Latina, com o processo de aceleração do desenvolvimento tecnológico e da mundialização/globalização do capital, novos padrões organizacionais foram definidos, o que repercutiu sobre os processos de produção e reprodução social, sobre a composição da força de trabalho e sobre as configurações familiares. Assim como sobre as dimensões subjetivas que são histórica e socialmente determinadas e que se expressam nas práticas cotidianas, ideias, valores, instituições, etc.

A aceleração da internacionalização da revolução científica e das novas tecnologias e métodos “flexíveis” de trabalho introduzidos no processo de produção, aumentaram a capacidade produtiva social e o ritmo de recomposição do aparelho produtivo capitalista. As empresas transnacionais com suas filiais se espalharam por todo o mundo e desempenharam o mesmo papel que a grande indústria desempenhou durante a Revolução Industrial no novo reordenamento da economia global (BVILA, 1996).

As relações de emprego se tornaram cada vez mais precárias: aumento do desemprego de longa duração, formas instáveis de emprego e “flexibilidade” no uso da força de trabalho. E ao nos confrontarmos com as transformações decorrentes desse processo percebemos uma transformação também importante na configuração da composição da força de trabalho, uma redução do proletariado industrial e fabril e um aumento nos setores informal e de serviços, o que refletiu em uma classe mais heterogênea, fragmentada e complexificada (ANTUNES, 2010), cuja força de trabalho é de pelo menos 40% composta por mulheres em diversos países capitalistas ocidentais.

Segundo Hirata (apud NOGUEIRA, 2004), as políticas neoliberais, principalmente com “a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolários as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação e da externalização da produção, afetaram desigualmente o emprego das mulheres e dos homens, apesar de ambos serem fortemente afetados, piorando as condições de trabalho e saúde do conjunto da classe trabalhadora”.

Há um aumento importante de mulheres no mercado de trabalho, porém, em empregos precarizados, sem direitos trabalhistas, com muitas barreiras, dificuldades e limitações. Além disso, para a mulher trabalhadora não houve um alívio das tarefas domésticas, consideradas “atividades femininas”, ao contrário, as mulheres trabalham dentro e fora de casa.

Observou-se, no Brasil, um aumento intenso de sua incorporação no espaço da produção e uma redução da diferença entre homens e mulheres na população economicamente ativa, porém, a maioria das mulheres trabalhadoras está em postos de trabalho precarizados, sem ascensão aos cargos de chefia ou direção, com baixa remuneração, e sem garantias sociais. Segundo dados do estudo técnico intitulado Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade, realizado pela Câmara dos Deputados em julho de 2016 (ANDRADE, 2016):

- 1) as mulheres ganham menos que os homens, mesmo possuindo escolaridade mais elevada; as mulheres negras ganham menos do que as mulheres não-negras;
- 2) as mulheres são a maioria na administração pública e quase a totalidade nos serviços domésticos, por sua vez, constituído majoritariamente por mulheres negras;
- 3) na iniciativa privada, o percentual de mulheres ocupando postos de trabalho é bastante inferior ao dos homens. E, na categoria de empregadores, a participação dos homens é mais que o dobro da das mulheres; as mulheres negras são as quais têm a menor representação em ambos;
- 4) as mulheres são as vítimas mais recorrentes do assédio, tanto moral como sexual;
- 5) as mulheres são as que mais sofrem com as doenças ocupacionais, decorrentes de condições inadequadas de trabalho;
- 6) nota-se uma relativa estagnação do percentual de mulheres entre as trabalhadoras empregadas, o que poderia ser um esgotamento do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho;
- 7) as mulheres aparecem no topo das taxas de desemprego, merecendo especial destaque as mulheres negras;
- 8) as mulheres inativas não são mulheres que estão fora da idade ativa, que

escolhem a inatividade ou que possuem qualificação insuficiente para atenderem as exigências do mercado de trabalho, mas sim porque a desigualdade na distribuição sexual dos trabalhos domésticos e de cuidados das crianças e dos idosos se torna o fator determinante para sua inatividade;

9) para as mulheres, a jornada doméstica é mais do que o dobro em comparação aos homens. Somada à jornada total, quando trabalham fora de casa, sua jornada em média é de 4 horas a mais do que a dos homens por semana. O emprego doméstico ainda é de mulheres por excelência, principalmente negras.

Todos esses indicadores mostram que a desigualdade na divisão sexual na sociedade brasileira se agrava quando consideramos a questão racial/étnica. As mulheres negras ocupam em todas as categorias as piores estatísticas e estão na base da pirâmide da desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Os dados falam por si só: o racismo estrutural da sociedade brasileira é um fato! Entender profundamente a sociedade brasileira é também compreender a divisão social, sexual e racial que a estrutura.

### **Considerações finais**

É difícil ser mulher e trabalhadora. É ainda mais difícil ser mulher trabalhadora e negra. E fica ainda mais insuportável quando recai sobre si todas as responsabilidades familiares.

Os dados e considerações apresentados mostram que especialmente com a reestruturação econômica, a precarização ainda maior da força de trabalho da mulher significa uma maior precarização do trabalho em geral, o que nos leva a reafirmar a nossa hipótese de que a luta das mulheres é parte da luta da classe trabalhadora como um todo por sua emancipação.

A divisão social e sexual do trabalho desvaloriza a força de trabalho da mulher na produção, com tudo o que isso implica para mulheres e homens trabalhadoras(es), e deixa o trabalho doméstico sob sua responsabilidade, independente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho. É importante retomar que o trabalho doméstico é um trabalho essencial para a produção e reprodução do modo de produção capitalista. Compreender o

capitalismo em seu âmago é apreender essa determinação estrutural e sua expressão tanto na produção como na reprodução, entendendo que são uma unidade. O caminho percorrido na apreensão da categoria divisão social e sexual do trabalho foi, portanto, necessário para responder outra hipótese que tínhamos de que as relações entre os sexos são fenômenos histórica e socialmente determinados e não produtos de diferenças “naturais” e biológicas.

A divisão social e sexual do trabalho é, portanto, um processo histórico e social, que se transforma de acordo com as necessidades concretas da sociedade na qual se manifesta. Isso nos leva a concluir, portanto, que não são imutáveis e que as desigualdades que dela são resultados, podem ser transformadas e superadas.

Se buscamos “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo), não podemos nos ater somente aos processos de libertação da mulher no campo da sexualidade, do corpo e da reprodução, assim como da sua igualdade meramente formal com os homens. Importantes questões relacionadas à emancipação feminina se articulam com o processo de emancipação geral da sociedade: a dimensão estrutural da condição da mulher de exploração, dominação, subordinação e opressão é um dos pilares que estruturam, consolidam, produzem e reproduzem o modo de produção capitalista. De modo que é impossível a transformação da essência dessa condição dentro do mesmo. Não há nenhuma forma de se alcançar a emancipação total da mulher sem que ocorra uma transformação estrutural nas relações sociais de produção e reprodução. E, isto significa, uma revolução que destrua as relações capitalistas, supere a contradição entre capital e trabalho e que construa uma sociedade emancipada.

*Mujer, Espiga abierta entre pañales  
cadena de eslabones ancestrales  
ovario fuerte, dí, di lo que vales  
la vida empieza donde todos son iguales  
(Gloria Martín)*

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade. Estudo Técnico, julho/2016 – Câmara dos Deputados. In: <  
[http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016\\_12416\\_mulheres-no-mercado-de-](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-)

trabalho\_tania-andrade>.Acesso em: 01 jan. 2018.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BVILA, P. I. **Reacender a chama:** teses sobre a revolução brasileira. Rio de Janeiro: INVERTA, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Tradução de Leandro Konder.

\_\_\_\_\_. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.**

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>, 2004.

Acesso em 01 jan. 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** São Paulo: Editora Elefante, 2017

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: 26. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, 1 v.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro I, 1 v.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social,1).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.